

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

1 DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

- 1.1 NOME COMPLETO E OFICIAL DO ÓRGÃO;**
- 1.2 NÚMERO DO CNPJ;**
- 1.3 NATUREZA JURÍDICA;**
- 1.4 VINCULAÇÃO MINISTERIAL;**
- 1.5 ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE;**
- 1.6 ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET;**
- 1.7 CÓDIGO E NOME DO ÓRGÃO, DAS UNIDADES GESTORAS (UGS) E GESTÕES UTILIZADAS NO SIAFI;**
- 1.8 NORMAS DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA;**
- 1.9 NORMA(S) QUE ESTABELECE(M) A ESTRUTURA ORGÂNICA NO PERÍODO DE GESTÃO SOB EXAME;**
- 1.10 PUBLICAÇÃO NO DOU DO REGIMENTO INTERNO OU ESTATUTO DA UNIDADE JURISDICIONADA DE QUE TRATA AS CONTAS.**

2 OBJETIVOS E METAS

- 2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E/OU DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATA AS CONTAS;**
- 2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA EM TERMOS DO OBJETIVO GERAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS BENEFICIÁRIOS;**
- 2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA;**
- 2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O PERÍODO SOB EXAMES DE CONTAS.**

3 INDICADORES E PARÂMETROS DE GESTÃO

- 3.1 INDICADOR DE ARRECADAÇÃO;**
 - 3.1.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS;**
 - 3.1.2 DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR) E TIPO DE INDICADOR (DE EFICÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE);**
 - 3.1.3 FÓRMULA DE CÁLCULO E MÉTODO DE MEDIÇÃO;**
 - 3.1.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO.**
- 3.2 INDICADOR DE FACILITAÇÃO AO CONTRIBUINTE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES;**
 - 3.2.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS;**
 - 3.2.2 DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR) E TIPO DE INDICADOR (DE EFICÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE);**
 - 3.2.3 FÓRMULA DE CÁLCULO E MÉTODO DE MEDIÇÃO;**
 - 3.2.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO.**
- 3.3 INDICADORES DE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR;**
 - 3.3.1 IMPORTAÇÃO;**

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

- 3.3.1.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS;**
- 3.3.1.2 DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR) E TIPO DE INDICADOR (DE EFICÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE);**
- 3.3.1.3 FÓRMULA DE CÁLCULO E MÉTODO DE MEDIÇÃO;**
- 3.3.1.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO.**
- 3.3.2 EXPORTAÇÃO;**
- 3.3.2.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS;**
- 3.3.2.2 DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR) E TIPO DE INDICADOR (DE EFICÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE);**
- 3.3.2.3 FÓRMULA DE CÁLCULO E MÉTODO DE MEDIÇÃO;**
- 3.3.2.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO.**

4 ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

- 4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA;**
 - 4.1.1 PROGRAMA DE MAIOR MATERIALIDADE;**
 - 4.1.2 QUADRO DEMONSTRATIVO DOS DEZ MAiores CONTRATOS REALIZADOS POR DISPENSA, INEXIGIBILIDADE, CONVITE, PREGÃO, TOMADA DE PREÇOS E CONCORRÊNCIA.**
- 4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA ANÁLISE;**
- 4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO);**
- 4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO E INSUCESSO;**
 - 4.4.1 ARRECADAÇÃO;**
 - 4.4.2 ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE;**
 - 4.4.3 COMÉRCIO EXTERIOR.**

5 MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR AS DISFUNÇÕES DETECTADAS

6 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS):

7 CONTROLE DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

8 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

9 PROJETOS E DE INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

10 AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

11 GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

- 11.1 TOTAL DE DESPESAS REALIZADAS MEDIANTE O USO DE CARTÕES DE CRÉDITO;**
- 11.2 TOTAL DE SAQUES REALIZADOS MEDIANTE O USO DE CARTÕES DE CRÉDITO;**
- 11.3 SÉRIE HISTÓRICA DE GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO, CONSIDERADOS O EXERCÍCIO A QUE SE REFEREM AS CONTAS E OS DOIS EXERCÍCIOS ANTERIORES.**

12 FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORTE E DO NORDESTE – FNO e FNE

12 INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFEREM AS CONTAS, NOS TERMOS DO ART. 8º DA IN/TCU Nº 44/2002.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

13 INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFEREM AS CONTAS, NOS TERMOS DO ART. 8º DA IN/TCU Nº 44/2002.

14 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO TCU EXPEDIDAS NO EXERCÍCIO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO CUMPRIMENTO;

15 DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS, CUJO VALOR SEJA INFERIOR ÀQUELE ESTABELECIDO PELO TRIBUNAL EM NORMATIVO ESPECÍFICO, EMITIDO PELO SETOR COMPETENTE, CONFORME INCISO I DO ART. 7º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 13, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1996 (DEVE SER APRESENTADO E CAPEADO EM VOLUME DESTACÁVEL DAS CONTAS COM NUMERAÇÃO PRÓPRIA DE SUAS FOLHAS

16 DEMONSTRATIVO RELACIONANDO AS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS EM QUE, ANTES DE SEREM ENCAMINHADAS AO TRIBUNAL, TENHA OCORRIDO A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS FINANCEIROS REPASSADOS, MESMO QUE APRESENTADA INTEMPESTIVAMENTE, OU TENHA OCORRIDO O RECOLHIMENTO DO DÉBITO IMPUTADO, DESDE QUE COMPROVADA A AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ DO RESPONSÁVEL, CONFORME INCISO II DO ART. 7º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 13, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1996

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

17 DEMONSTRATIVO CONTENDO INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OCORRÊNCIAS DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES EM QUE O DANO FOI IMEDIATAMENTE RESSARCIDO, SEM QUE TENHA SIDO CARACTERIZADA A MÁ-FÉ DE QUEM LHE DEU CAUSA, TENDO, ASSIM, FICADO A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE DISPENSADA DA INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL., CONFORME § 3º DO ART. 197 DO RI/TCU

18 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

ITEM 3.3.3.4 DO ANEXO I DA PORTARIA CGU Nº 555/2006

- a) RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO;
- b) APURAÇÃO DE DENÚCIAS RECEBIDAS;
- c) RECURSOS HUMANOS;
 - i. QUANTITATIVO DE SERVIDORES POR UNIDADE;
 - ii. QUANTIDADE DE CARGOS COMISSIONADOS POR UNIDADE;
 - iii. QUANTITATIVO DE PESSOAL CEDIDO E REQUISITADO;
- d) DIÁRIAS.

CONCLUSÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

1 DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

2.1 NOME COMPLETO E OFICIAL DO ÓRGÃO

Superintendência Regional da Receita Federal / 2ª Região Fiscal

2.2 NÚMERO DO CNPJ

00.394.460/0070-73

2.3 NATUREZA JURÍDICA

Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.

2.4 VINCULAÇÃO MINISTERIAL

Vinculada ao Ministério da Fazenda.

2.5 ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE

Rua Gaspar Viana, 485, Comércio, Belém – PA

CEP – 66010-060

Telefones (91) 3242-5680 / 3241-4611

Fax (91) 3241-1940 / 3241- 9536.

2.6 ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET

www.receita.fazenda.gov.br

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

2.7 CÓDIGO E NOME DO ÓRGÃO, DAS UNIDADES GESTORAS (UGS) E GESTÕES UTILIZADAS NO SIAFI

Receita Federal do Brasil – Código do órgão – 25801

UNIDADES	UG	GESTÃO
ALF/BEL	170022	0001
DRF/MCP	170024	0001
DRF/MDO	170126	0001
DRF/PVO	170201	0001
DRF/RBO	170205	0001
DRF/MNS	170209	0001
ALF/PMNS	170210	0001
DRF/BVA	170213	0001
SRRF02	170217	0001
DRF/BEL	170218	0001
DRF/SAN	170219	0001
DRF/JPR	170332	0001
ALF/AIEG	170333	0001
DRF/MBA	170334	0001
ALF/AIBEL	170520	0001

2.8 NORMAS DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

A Secretaria da Receita Federal (SRF) foi criada pelo Decreto nº 63.659/68 e sua estrutura atual foi definida pelo Decreto nº 5.949 de 31 de outubro de 2006, DOU de 01/11/2006.

A estrutura básica da SRF é composta por unidades centrais e descentralizadas. A Superintendência Regional da Receita Federal na 2ª Região Fiscal (SRRF02) é uma de suas unidades descentralizadas, desenvolvendo funções de supervisão e operacionais, sob as diretrizes das unidades centrais.

O artigo 123 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25/02/2005, descreve que:

"Às Superintendências Regionais da Receita Federal – SRRF – compete, nos limites de suas jurisdições, planejar, programar, supervisionar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de tributação, de arrecadação e cobrança, de atendimento ao contribuinte, de administração de cadastros, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

logística e de gestão de pessoas, bem assim as relacionadas com planejamento, organização e modernização”.

A Superintendência da Receita Federal na 2ª Região Fiscal, com sede em Belém, abrange os Estados do Pará, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá. Subordinam-se à SRRF02 Delegacias, Inspetorias e Alfândegas, e às Delegacias estão subordinadas Agências e Inspetorias, conforme quantitativo abaixo.

UNIDADES DA SRRF - 2ª REGIÃO FISCAL	QUANTIDADE
Delegacias da Receita Federal (DRF)	10
Alfândegas da Receita Federal (IRF)	04
Inspetorias da Receita Federal	12
Agências da Receita Federal	24
TOTAL	56

2.9 NORMA(S) QUE ESTABELECE(M) A ESTRUTURA ORGÂNICA NO PERÍODO DE GESTÃO SOB EXAME

Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 30 de 25/02/2005.

2.10 PUBLICAÇÃO NO DOU DO REGIMENTO INTERNO OU ESTATUTO DA UNIDADE JURISDICIONADA DE QUE TRATA AS CONTAS

Data da publicação: 05/03/2005

Função do Governo Predominante – Função 04 – Administração

Tipo de Atividade: Administração Tributária Federal

Situação da Unidade: Em funcionamento

2 OBJETIVOS E METAS

(ITEM 02 DO ANEXO II, COMBINADO COM O ANEXO X DA DN/TCU/81/2006)

3.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E/OU DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATA AS CONTAS

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

Todas as ações que compõem o atual Programa da SRF - (0770) Administração Tributária e Aduaneira - representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

3.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA EM TERMOS DO OBJETIVO GERAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS BENEFICIÁRIOS

Demonstrativo de Despesa Prevista e Realizada em 2006 - Excluídos os PI's de responsabilidade do Órgão Central

PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	DESCRIÇÃO
0 3613	04306077020120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES
0 3616	04122077022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - RFB
0 3621	04125077022370001	AUDITORIA E FISCALIZACAO TRIBUTARIA
0 3630	04129077022380001	ARRECADACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA
0 3631	04183077028660001	ACOES DE CARATER SIGILOSO

3.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

O indicador utilizado para avaliar o desempenho do Programa:

- Indicador: Execução orçamentária das despesas de custeio, exceto para o Procad, e investimentos.

- Fórmula de cálculo:

1) Valor total das despesas de custeio realizadas, exceto Procad, até o período, dividido pelo valor total das despesas de custeio programadas, exceto Procad, no exercício.

2) Valor total das despesas de investimento realizadas, até o período, dividido pelo valor total das despesas de investimento programadas no exercício.

Objetivo do indicador: Avaliar a eficácia da gestão orçamentária pelas Unidades da SRF.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

- Periodicidade: trimestral
- Responsável: Copol/Comat
- Fonte: SIAFI e limites fixados após aprovação da LOA
- Nível organizacional: Nacional, Unidades Centrais, Regional, SRRF, DRJ, Local.
- Dimensão: eficácia

3.4 METAS FÍSICAS E FINACEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O PERÍODO SOB EXAMES DE CONTAS

Demonstrativo de Despesa Prevista e Realizada em 2006 - Excluídos os PI's de responsabilidade do Órgão Central

PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	DESCRIÇÃO	Meta Financeira Prevista
0 3613	04306077020120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES	
0 3616	04122077022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - RFB	
0 3621	04125077022370001	AUDITORIA E FISCALIZACAO TRIBUTARIA	
0 3630	04129077022380001	ARRECADCACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA	
0 3631	04183077028660001	ACOES DE CARATER SIGILOSO	
TOTAL			21.480.742,67

3 INDICADORES E PARÂMETROS DE GESTÃO

(ITEM 03 DO ANEXO II, COMBINADO COM O ANEXO X DA DN/TCU/81/2006)

4.1 INDICADOR DE ARRECADAÇÃO

4.1.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS

Realização da Meta Global de Arrecadação

4.1.2 DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR) E TIPO DE INDICADOR (DE EFICÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE)

Mensurar o grau de consecução da meta global de arrecadação como resultado do controle e recuperação do crédito tributário/eficácia

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

4.1.3 FÓRMULA DE CÁLCULO E MÉTODO DE MEDIÇÃO

Fórmula de cálculo: Arrecadação realizada no período dividida pela Meta de arrecadação para o período (receitas internas e receitas sobre o comércio exterior).

4.1.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO

Copat

4.2 INDICADOR DE FACILITAÇÃO AO CONTRIBUINTE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.2.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS

Tempo médio de espera nos CAC

4.2.2 DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR) E TIPO DE INDICADOR (DE EFICÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE)

Medir a agilidade na prestação de serviços nos CAC/eficiência

4.2.3 FÓRMULA DE CÁLCULO E MÉTODO DE MEDIÇÃO

Somatório do tempo total de espera nos CAC no período dividido pela quantidade de atendimentos nos CAC no período.

4.2.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO

Corat/Cofic

3.3 INDICADORES DE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

4.3.1 IMPORTAÇÃO

4.3.1.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS

Tempo médio do despacho aduaneiro de importação (bruto e líquido descontado o tempo de interrupção)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

4.3.1.2 DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR) E TIPO DE INDICADOR (DE EFICIÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE)

Medir a agilidade dos procedimentos aduaneiros na importação/ eficiência

4.3.1.3 FÓRMULA DE CÁLCULO E MÉTODO DE MEDIÇÃO

Tempo médio do registro da DI até o seu desembarço, no período.

4.3.1.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO

Coana

4.3.2 EXPORTAÇÃO

4.3.2.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS

Tempo médio do despacho aduaneiro de exportação (bruto e líquido-descontado o tempo de interrupção)

4.3.2.2 DESCRIÇÃO (O QUE PRETENDE MEDIR) E TIPO DE INDICADOR (DE EFICIÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE)

Medir a agilidade dos procedimentos aduaneiros na exportação/eficiência

4.3.2.3 FÓRMULA DE CÁLCULO E MÉTODO DE MEDIÇÃO

Tempo médio da recepção da documentação (DDE) até o seu desembarço, no período.

4.3.2.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO

Coana

4 ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

(ITEM 04 DO ANEXO II, COMBINADO COM O ANEXO X DA DN/TCU/81/2006 E COMBINADO COM O ANEXO IX DA PORTARIA CGU Nº 555/06)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

5.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

5.1.1 PROGRAMA DE MAIOR MATERIALIDADE

Todas as ações que compõem o atual Programa da SRF - (0770) Administração Tributária e Aduaneira - representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

O Programa de maior materialidade é o 0770 – Administração Tributária e Aduaneira.

5.1.2 QUADRO DEMONSTRATIVO DOS DEZ MAiores CONTRATOS REALIZADOS POR DISPENSA, INEXIGIBILIDADE, CONVITE, PREGÃO, TOMADA DE PREÇOS E CONCORRÊNCIA

CONTRATO	CONTRATADO	CONTRATANTE (UNIDADE)	N. DESPESA	OBJETO	VALOR
21/2005	NAUTICAL Parts Comercial, Importação Exportação LTDA. CNPJ 02.824.077/0001-01	SRRF02	449052	Fornecimento de 05 (cinco) lanchas	R\$ 13.807.100,00
29/2006	Dinastia Viagens e Turismo Ltda CNPJ 15.741.481/0001-63	SRRF02	339033	Fornecimento de passagem aérea, nacional e internacional para os servidores da Superintendência Regional da Receita Federal na 2 Região Fiscal, quando em viagem a serviço.	R\$ 984.151,00
34/2006	EBCO System Ltda CNPJ 40.235.871/0001-09	SRRF02	339030 e 339039	Prestação de serviços de reparos com fornecimento de mão-de-obra e peças originais e serviços de atualização tecnológica dos equipamentos de raios-X silhouete scan mobile localizados na Alfândega do Porto de Belém e de Manaus.	R\$ 948.194,00
15/2005	AMPLIMAG Controles Eletrônicos LTDA CNPJ 62.005.301/0001-65	SRRF02	449052	Fornecimento de no-break para as unidades jurisdicionadas da Receita Federal na 2ª Região Fiscal, com assistência técnica, curso teórico-prático e garantia por 36 meses.	R\$ 939.680,00
07/2005.	L. F. IMPORTS LTDA CNPJ 03.483.599/0001-50	DRF/Porto Velho	409052	Aquisição de veículos para a DRF/Porto Velho, DRF/Rio Branco e DRF/Ji-Paraná.	R\$ 930.000,00
03/2006.	Aires Turismo Ltda CNPJ 06.064.175/0001-49	DRF/Rio Branco	339033	Fornecimento de bilhete de passagem aérea de âmbito nacional para atendimento das necessidades da Delegacia da Receita Federal em Rio Branco - AC	R\$ 450.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
 PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

05/2006.	Norsegel - Vigilância e Transporte de Valores Ltda CNPJ 06.272.413/0008-88	DRF/Rio Branco	339037	Prestação de serviços contínuos de vigilância armada, no edifício da Delegacia da Receita Federal em Rio Branco-AC.	R\$ 377.218,74
16/2005	ESAM Indústria e Comércio de Equipamentos Eletro-Eletrônicos CNPJ 05.433.171/0001-28	SRRF02	409052	Fornecimento de no-breaks e estabilizadores para as unidades jurisdicionadas da Receita Federal na 2ª RF, com assistência técnica, curso teórico-prático e garantia por 36 meses.	R\$ 339.422,60
04/2006.	Vigher - Serviços de Vigilância Ltda CNPJ 03.024.076/0001-45	DRF/Ji-Paraná	339037	Prestação de serviços de vigilância armada, para a DRF/JI-PARANÁ e Unidades jurisdicionadas, com fornecimento de mão-de-obra, armamento e equipamento.	R\$ 327.024,00
03/2006.	Amaron Comercio e Serviços Ltda CNPJ 02.760.172/0001-99	ALF/Porto/Manaus	339037	Prestação de serviço continuado para os postos de Secretária, Mensageiro, Copeira, Auxiliar de Serviços Gerais e Motorista para Alfândega do Porto de Manaus.	R\$ 288.000,00

INEXIGIBILIDADE	CONTRATADO	CONTRATANTE (UNIDADE)	N. DESPESA	OBJETO	VALOR
09/2006.	EBCO Systems LTDA CNPJ 40.235.871/0001-09	SRRF02	339039 339030	Prestação de serviços de reparos com fornecimento de mão-de-obra, peças originais e serviços de atualização tecnológica dos equipamentos de Raios-X Silhouete Scan Mobile localizados na Alfândega do Porto de Belém e Manaus.	R\$ 948.194,00
04/2006.	Centrais Elétricas de Rondônia SA-CERON CNPJ 05.914.650/0001-66	DRF/PORTO VELHO	339039	Prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica para a Delegacia da Receita Federal em Porto Velho e unidades jurisdicionadas.	R\$ 186.000,00
02/2006.	Centrais Elétricas do Pará S.A. --CELPA. CNPJ 04.895.728/0001-80	DRF/MARABÁ	339039	Fornecimento de energia elétrica para a Delegacia da Receita Federal em Marabá e Unidades Jurisdicionadas no exercício de 2006.	R\$ 168.000,00
03/2006.	Centrais Elétricas do Pará S.A. --CELPA. CNPJ 04.895.728/0001-80	DRF/BELÉM	339039	Fornecimento de energia elétrica para a Delegacia da Receita Federal em Belém/PA e unidades jurisdicionadas no exercício de 2006.	R\$ 117.600,00
02/2006.	R V BIFULCO CNPJ 34.524.579/0001-03	ALF/PORTO/MAN AUS	339039	Fornecimento de publicações sobre Comercio Exterior	R\$ 67.998,00
02/2006.	Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD CNPJ 05.914.254/0001-39	DRF/PORTO VELHO	339039	Prestação do serviço de fornecimento de água potável para a DRF/Porto Velho e Unidades Jurisdicionadas.	R\$ 30.000,00
03/2006.	Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima – CAER CNPJ 05.939.467/0001-15	DRF/PORTO VELHO	339039	Prestação de serviços de abastecimento de água potável para a Delegacia da Receita Federal em Porto Velho e unidades jurisdicionadas.	R\$ 30.000,00
05/2006.	BRASIL TELECOM S.A. CNPJ 76.535.764/0001-43	DRF/PORTO VELHO	339039	Prestação do serviço de PABX Virtual para a Delegacia da Receita Federal em Porto Velho e Unidades Jurisdicionadas.	R\$ 27.943,20
02/2006.	R V BIFULCO CNPJ 34.524.579/0001-03	ALF/AERO/MANA US	339039	Aquisição de assinatura de publicações sobre o comercio exterior.	R\$ 24.103,00
06/2006.	R V BIFULCO CNPJ 34.524.579/0001-03	DRF/PORTO VELHO	339039	Renovação da assinatura das edições aduaneiras para a DRF/Porto Velho e IRF/Guajara Mirim	R\$ 23.042,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
 PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

DISPENSA	CONTRATADO	CONTRATANTE (UNIDADE)	N. DESPESA	OBJETO	VALOR
12/2006.	NORSERGEL - Vigilância e Transporte de Valores LTDA CNPJ 06.272.413/0008-88	DRF/RIO BRANCO	339037	Contrato emergencial para o serviço de vigilância armada para a Delegacia da Receita Federal no Acre unidades jurisdicionadas.	R\$ 377.218,74
01/2006.	BOA VISTA ENERGIA S.A. CNPJ 02.341.470/0001-44.	DRF/BOA VISTA	339039	Prestação de serviços de energia elétrica, para atender a Delegacia da Receita Federal em Boa Vista no exercício de 2006.	R\$ 112.135,20
30/2006	Companhia Energética do Amazonas CNPJ 04.355.657/0001-22	DRF/MANAUS	339039	Fornecimento de energia elétrica para Itacoatiara, Parintins, Maués, Manacapuru, Humaitá, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé, unidades jurisdicionadas a Delegacia da Receita Federal em Manaus/AM.	R\$ 103.848,26
07/2006.	L. J. C. DE SOUZA CNPJ 07.134.305/0001-35	DRF/MANAUS	339030	Aquisição de combustível para o uso dos veículos das unidades jurisdicionadas a esta DRF, localizadas nos municípios de: Humaitá, Itacoatiara, Manacapuru, Maués, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé.	R\$ 63.992,08
20/2006.	VDL Posto de Derivados do Petróleo LTDA CNPJ 23.033.673/0003-05	ALF/PORTO/MAN AUS	339030	Fornecimento de combustível (diesel e Gasolina) para os veículos e lanchas da Alfândega do Porto de Manaus	R\$ 48.243,03
35/2006	CELSA BANDOLIN MUNIN CPF 282.218.342-20	DRF/JI-PARANÁ	339037	Locação de imóvel comercial para funcionamento da Agencia da Receita Federal e Cacoal Rondônia	R\$ 48.000,00
10/2006.	ASTEC Art Serviços e Tecnologia LTDA CNPJ 63.812.614/0001-98	DRF/BELÉM	339039	Contratação emergencial de serviços de locação de máquinas copiadoras para atender a DRF/Belém e unidades jurisdicionadas.	R\$ 39.804,00
29/2006	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos CNPJ 34.028.316/0027-42	DRF/PORTO VELHO	339039	Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para prestação de serviços de entrega de correspondências em âmbito nacional e postadas como simples e sob registro acompanhado ou não de Aviso de Recebimento - AR.	R\$ 32.732,00
31/2006	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos CNPJ 34.028.316/0027-42	DRF/PORTO VELHO	339039	Contratação de serviços de entrega de correspondências, em âmbito nacional, postados com simples e sob registro-AR para a DRF/Porto - Porto Velho e Unidades jurisdicionadas.	R\$ 32.732,00
23/2006	Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi CNPJ 34.475.988/0001-67	DRF/PORTO VELHO	335039	Celebração de convênio para realização de estágio de estudantes de nível superior para a Delegacia da Receita Federal em Porto Velho e unidades jurisdicionadas.	R\$ 27.456,00

5.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA ANÁLISE

O indicador utilizado para avaliar o desempenho do Programa:

- Indicador: Execução orçamentária das despesas de custeio, exceto para o Procad, e investimentos.

- Fórmula de cálculo:

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

1)Valor total das despesas de custeio realizadas, exceto Procad, até o período, dividido pelo valor total das despesas de custeio programadas, exceto Procad, no exercício.

2)Valor total das despesas de investimento realizadas, até o período, dividido pelo valor total das despesas de investimento programadas no exercício.

Objetivo do indicador: Avaliar a eficácia da gestão orçamentária pelas Unidades da SRF.

- Periodicidade: trimestral
- Responsável: Copol / Comat
- Fonte: SIAFI e limites fixados após aprovação da LOA
- Nível organizacional: Nacional, Unidades Centrais, Regional, SRRF, DRJ, Local
- Dimensão: eficácia

5.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Demonstrativo de Despesa Prevista e Realizada em 2006 - Excluídos os PI's de responsabilidade do Órgão Central

PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	DESCRIÇÃO	Meta Financeira Prevista	Crédito Empenhado Liquidado
0 3613	04306077020120000	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES		496,44
0 3616	04122077022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - RFB		11.655.736,69
0 3621	04125077022370001	AUDITORIA E FISCALIZACAO TRIBUTARIA		594.180,50
0 3630	04129077022380001	ARRECADACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA		6.128.894,34
0 3631	04183077028660001	ACOES DE CARATER SIGILOSO		8.329,32
TOTAL			21.480.742,67	18.387.140,85

Do quadro acima foram excluídos os Planos Internos de competência do Órgão Central e que estão sob análise centralizada na Tomada de Contas da Unidade Gestora 170010 - Secretaria da Receita Federal

Planos Internos de responsabilidade do órgão Central que foram excluídos:

ADIDORF, ACOSIGRF, ADIDOMATRF, COANASRF, COFISSRF, COGEPSRF, COGERSRF, COPATRF, COPATSRF, COPEISRF, COPOLSRF, CORATSRF, COSITSRF, COTECSRF, DRJRF, GABSRF, MATPERMARF, MODERADUARF, MODERTECRF, TREAPERUC.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

5.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO E INSUCESSO

(ITEM 05 DO ANEXO II, COMBINADO COM O ANEXO X DA DN/TCU/81/2006 E COMBINADO COM O ANEXO IX DA PORTARIA CGU Nº 555/06).

4.4.4 ARRECADAÇÃO

Realização da Meta Global de Arrecadação

Realização da meta de arrecadação (meta regional: R\$ 7.127.259.329)

ANÁLISE DA RECEITA TRIBUTÁRIA – 2ª REGIÃO FISCAL

Arrecadação das Receitas Federais

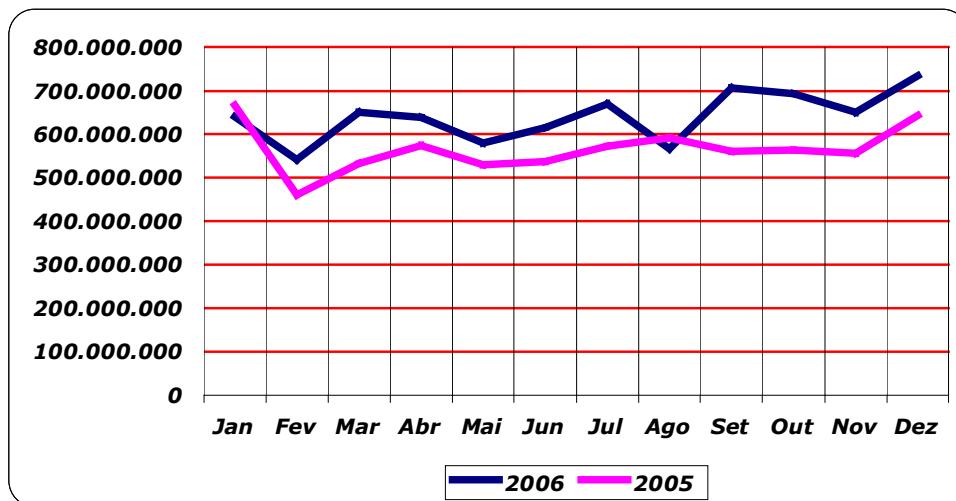
(A Preços Correntes)

PERÍODO	Dez/06 (1)	Dez/05 (2)	VARIAÇÃO (1) x (2)	Acumulado	Acumulado	VARIAÇÃO (05) / (04)
				2006	2005	
ARRECADAÇÃO	734,7	622,6	18,00%	7.587,2	6.430,5	17,99%
PREVISÃO	699,4	-	-	7.127,2	-	-
REALIZAÇÃO	105,04%	-	-	106,45%	-	-
PARTIC NACIONAL	1,93%	1,74%	-	2,04%	1,87%	-

Fonte: SIADI

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO

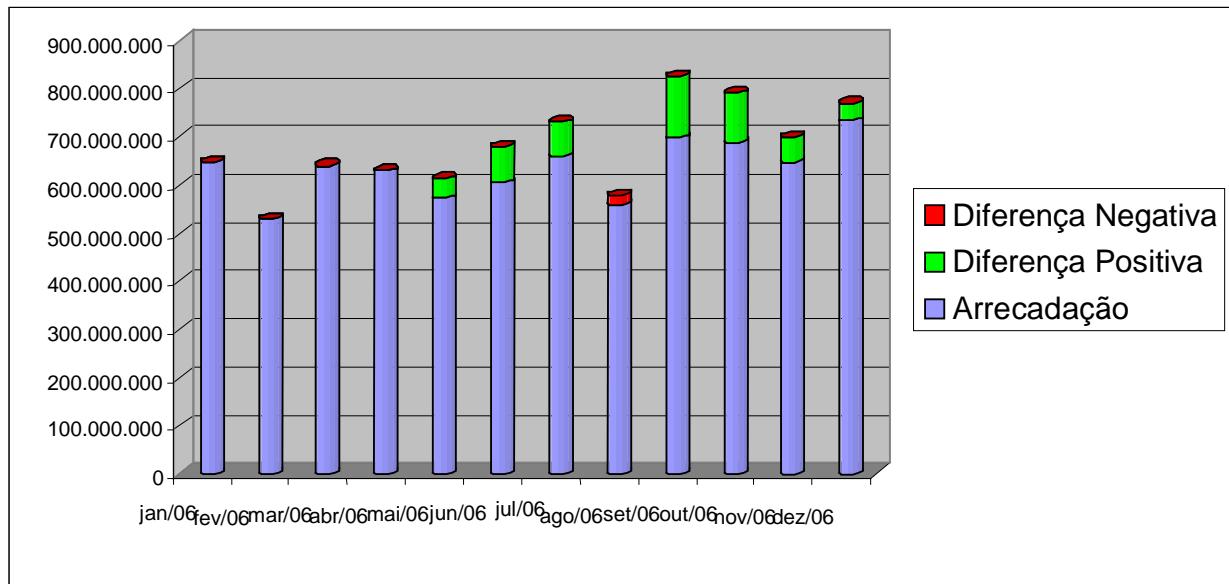
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO
 (A PREÇOS DE DEZ/06 – IPCA)
 TOTAL DA RECEITA ADMINISTRADA



Fonte: SIADI

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

ARRECADAÇÃO X PREVISÃO



Fonte: SIADI

DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO POR RF

PERÍODO: JANEIRO/DEZEMBRO

CA-650 – TOTAL DA REC. ADMINISTRADA

R\$ 1,00

RF	ARRECADAÇÃO				VARIAÇÃO (%)		PARTICIPAÇÃO (%)	
	R\$ 1,00		(IPCA)		NOMINAL	REAL	2006	2005
	2006	2005	2006	2005				
01	41.101.522.352	38.471.991.092	41.619.635.014	40.559.011.645	6,83	2,62	11,04	11,21
02	7.587.281.309	6.430.550.300	7.684.722.309	6.786.291.439	17,99	13,24	2,04	1,87
03	5.483.784.536	5.031.213.837	5.552.907.440	5.306.361.593	9,00	4,65	1,47	1,47
04	6.997.583.655	6.654.105.395	7.088.873.809	7.022.278.009	5,16	0,95	1,88	1,94
05	8.595.965.758	8.245.030.935	8.708.427.894	8.707.639.074	4,26	0,01	2,31	2,40
06	20.287.281.808	19.062.492.787	20.556.454.675	20.134.811.298	6,43	2,09	5,45	5,56
07	78.541.574.812	73.467.921.826	79.563.013.022	77.486.550.415	6,91	2,68	21,10	21,41
08	162.075.340.661	146.936.242.561	164.142.490.188	155.023.992.994	10,30	5,88	43,54	42,83
09	24.257.377.246	21.840.485.879	24.573.208.673	23.045.524.122	11,07	6,63	6,52	6,37
10	17.338.857.828	16.933.476.683	17.565.512.179	17.873.988.488	2,39	(1,73)	4,66	4,94
BR	372.266.569.966	343.073.511.296	377.055.245.202	361.946.449.075	8,51	4,17	100,00	100,00

Fonte: SIADI

Valores corrigidos a preços de dez/06 IPCA

Obs: os valores constantes deste demonstrativo estão sem os efeitos das compensações SIEF no período jan/dez/05/06.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
 PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO POR DRF/ALF

PERÍODO: JANEIRO/DEZEMBRO

CA-650 – TOTAL DA REC. ADMINISTRADA
R\$ 1,00

DRF/ALF	ARRECADAÇÃO				VARIAÇÃO (%)		PARTICIPAÇÃO (%)	
	R\$ 1,00		(IPCA)					
	2006	2005	2006	2005	NOMINAL	REAL	2006	2005
DRF/MNS	4.358.719.829	3.567.570.205	4.414.718.069	3.764.169.595	22,18	17,28	57,45	55,48
DRF/BEL	1.515.177.478	1.278.392.348	1.534.592.263	1.349.361.592	18,52	13,73	19,97	19,88
ALF/MNS	427.291.642	378.520.409	432.637.213	399.087.877	12,88	8,41	5,63	5,89
DRF/PVO	309.465.103	266.093.049	313.425.509	280.938.156	16,30	11,56	4,08	4,14
DRF/RBO	156.141.611	119.541.755	158.148.691	126.105.338	30,62	25,41	2,06	1,86
DRF/MCA	149.392.481	146.732.725	151.359.747	155.107.880	1,81	(2,42)	1,97	2,28
DRF/SAN	148.880.498	136.419.055	150.882.643	144.220.936	9,13	4,62	1,96	2,12
DRF/JPR	144.911.803	129.951.489	146.791.586	137.263.653	11,51	6,94	1,91	2,02
DRF/BVT	115.567.600	100.832.131	117.066.094	106.353.946	14,61	10,07	1,52	1,57
DRF/MBA	100.038.531	97.689.080	101.336.952	103.205.875	2,41	(1,81)	1,32	1,52
ALF/AEG	95.719.742	105.805.792	96.948.641	111.586.995	(9,53)	(13,12)	1,26	1,65
ALF/BEL	40.392.685	59.033.907	40.890.839	62.263.999	(31,58)	(34,33)	0,53	0,92
DRF/MDO	20.228.609	39.409.050	20.492.772	41.821.274	(48,67)	(51,00)	0,27	0,61
ALF/AIB	5.353.697	4.559.308	5.431.292	4.803.822	17,42	13,06	0,07	0,07
2ªRF	7.587.281.311	6.430.550.302	7.684.722.311	6.786.290.938	17,99	13,24	100,00	100,00

Fonte: SIADI

Valores corrigidos a preços de dez/06 IPCA

Obs: os valores constantes deste demonstrativo estão sem os efeitos das compensações SIEF no período jan/dez/05/06.

PERÍODO: JANEIRO/DEZEMBRO/2006

A 2ª Região Fiscal acumulou de impostos e contribuições federais, no período de JAN/DEZ/2006, a soma de R\$ 7,5 bilhões, sinalizando com um crescimento nominal de 17,99% e real de 13,24% (IPCA-DEZ/07) sobre o mesmo período de 2005. Com essa expansão a 2ª Região Fiscal registrou o maior crescimento verificado no Brasil, enquanto que a média nacional foi de 8,51% (variação nominal). Esse excelente desempenho resultou no deslocamento da participação percentual na arrecadação Brasil, que em 2005 era de 1,87% e no presente exercício passou para 2,04%, além desse

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

deslocamento, manteve sua posição no ranking nacional como a 8ª melhor RF em termos de arrecadação, superando a 3ª e a 4ª RF.

O índice de realização da previsão para o período em análise foi de 106,45% e considerando a aplicação dos parâmetros de 19/07/2006 relativamente a preço, quantidade e legislação mais o adicional referente à arrecadação de receitas extras inseridas na meta final, a realização total da 2ª RF foi de 102,83%. O valor da previsão anual para a 2ª RF ficou em R\$ 7,2 bilhões.

O aumento verificado na 2ª RF foi determinado, em grande parte, pela boa performance dos seguintes tributos: IRPJ 27,72%, IOF 25,86%, IRPF 24,22%, CSLL 21,04%, PIS/PASEP 20,24%, IPI-TOTAL 17,62%, IRRF 14,62%, OUTS. REC. ADM. 14,63%, I. IMPORTAÇÕES 12,31% e COFINS 9,19%.

A 2ªRF acompanhou (442) empresas, sendo (86) especiais e (356) diferenciadas, que representaram 72,05% do total arrecadado pela RF, observando que (240) apresentaram variação nominal positiva, (197) variação nominal negativa e (5) com arrecadação zero. No que se refere aos setores econômicos e considerando os seis (6) principais, o comportamento foi o seguinte:

- ✓ ELETRICIDADE, GAS E ÁGUA QUENTE 84,12%,
- ✓ FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE 47,51%,
- ✓ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL 22,21%,
- ✓ COMÉRCIO POR ATACADO E INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO 18,32%,
- ✓ COMÉRCIO VAREJISTA E REPARAÇÃO DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS 12,21% e
- ✓ FABRICAÇÃO DE MATERIAIS ELETRÔNICOS E DE APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÕES 12,12%.

No âmbito das unidades locais, a que apresentou o maior nível de arrecadação foi a UL-Manaus com R\$ 4,3 bilhões e participação percentual de 57,09% no total da receita administrada da 2ª RF, porém a que apresentou o maior

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

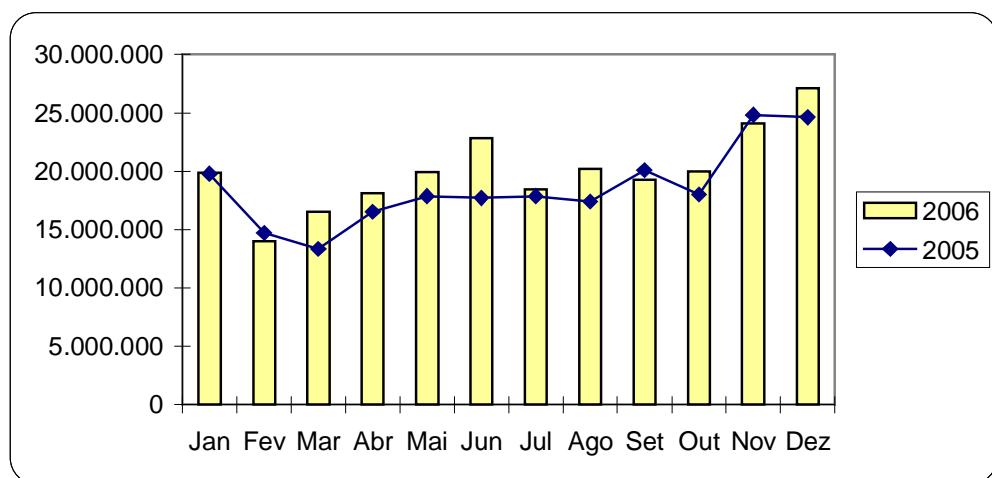
crescimento, foi a UL-Óbidos com 344,77%, na comparação com o período jan/dez/05.

Comportamento da Arrecadação dos Principais Tributos

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO - I. IMPORTAÇÕES

PERÍODO JAN/DEZ

(A PREÇOS DE DEZ/06 – IPCA)



Fonte: SIADI

I. IMPORTAÇÕES 12,31% O indicador acumulado no período jan/dez mostrou variação positiva no principal CE deste imposto. O CE- 0086 - IMP IMPORTACAO – OUTROS registrou crescimento de 16,20%. Aqui cabe ressaltar o crescimento de 7,41% no volume de importações, em dólar FOB, sujeitas ao recolhimento integral, no período jan/dez/05/06, considerando-se os despachos das ALF Porto de Manaus e da ALF do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. Foram responsáveis pelo bom desempenho apresentado por este imposto no período em análise os seguintes:

- ✓ FABRICACAO DE MAT ELETRONICO E DE APARELHOS E EQUIP DE COMUNICACOES 8,55%,
- ✓ FABRICACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE 37,11%.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

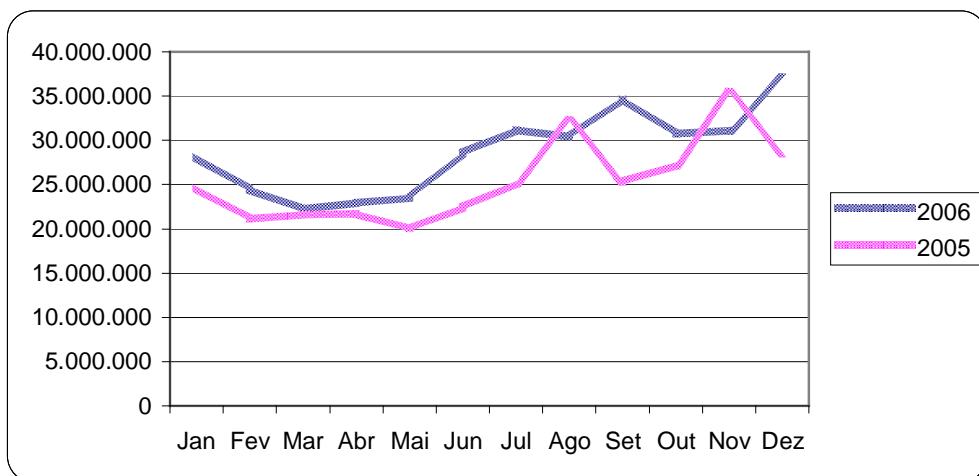
- ✓ FABRICACAO DE MAQUINAS PARA ESCRITORIO E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA 9,10% e
- ✓ FABRICACAO DE PRODUTOS QUIMICOS 22,51%.

A realização da previsão foi de 97,23%.

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO – IPI - TOTAL

PERÍODO JAN/DEZ

(A PREÇOS DE DEZ/06 – IPCA)



Fonte: SIADI

IPI – TOTAL 17,62% Na comparação com o período jan/dez/05, as influências mais positivas para o crescimento deste grupo de impostos vieram das rubricas IPI – BEBIDAS 40,16%, IPI – FUMO 21,34% e IPI – INDUSTRIAL 20,53%. A elevada taxa de crescimento, verificada no IPI – BEBIDAS foi decorrente do ingresso de duas empresas na base de arrecadação da 2ª Região Fiscal. Este grupo de impostos participou com 4,49% do total da receita administrada pela 2ª RF e o índice de realização da previsão foi de 110,28%. No que tange ao comportamento dos setores econômicos, foi o seguinte:

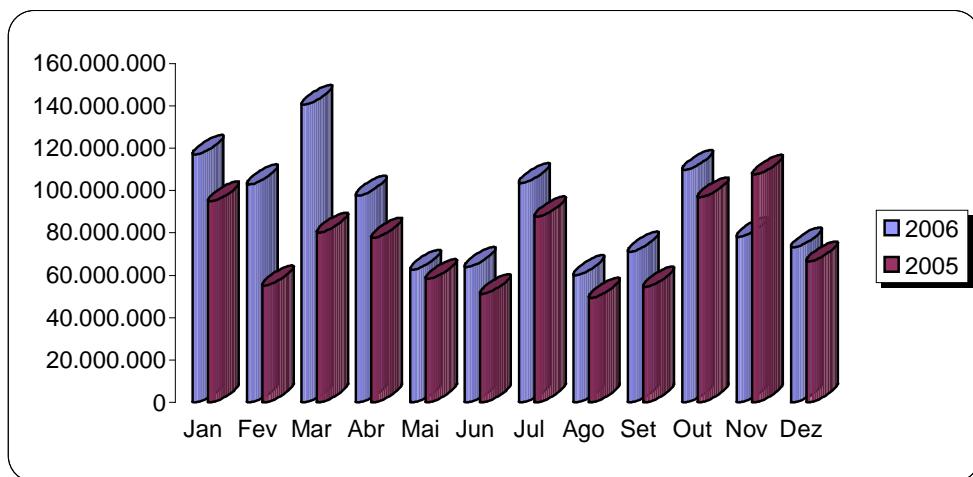
- ✓ COMERCIO POR ATACADO E INTERMEDIARIOS DO COMERCIO 26,03%,
- ✓ FABRICACAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E BEBIDAS 39,42% e
- ✓ FABRICACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE 114,86%.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO – IRPJ

PERÍODO JAN/DEZ

(A PREÇOS DE DEZ/06 – IPCA)



Fonte: SIADI

IRPJ 27,72% O crescimento da taxa acumulada para o período jan/dez/06 verificada neste grupo de impostos resultou dos excelentes incrementos ocorridos nos seguintes setores econômicos:

- ✓ FABRICACAO DE MAT ELETRONICO E DE APARELHOS E EQUIP DE COMUNICACOES 22,67%,
- ✓ FABRICACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE 91,15%,
- ✓ ELETRICIDADE, GAS E AGUA QUENTE 51,98% e
- ✓ INTERMEDIACAO FINANCEIRA, EXCLUSIVE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA 51,22%.

Observando a evolução da arrecadação no gráfico acima, no mês de fevereiro de 2006, foi registrado um crescimento em IRPJ em torno de 33,38%, na comparação com o mesmo mês de 2005, motivado pelos seguintes fatos:

- ✓ Recolhimento de R\$ 5,1 milhões efetuados por empresa na Região a título de IRPJ – OB I REAL-FINANC EST MENSAL, ressaltando que esse recolhimento está sem base de comparação em janeiro de 2005,

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

- ✓ Pela antecipação de receita R\$ 1,0 milhão, efetuada por duas outras a título de IRPJ – ENT FINANCEIRAS/DEC AJUSTE e
- ✓ Pela decomposição do PAES, cujo valor contabilizado na rubrica ACRÉSCIMOS LEGAIS foi de R\$ 2,1 milhões.

No mês de março/06 o crescimento observado foi de 75,59% decorreu dos recolhimentos de R\$ 11,7 milhões, R\$ 3,4 milhões e R\$ 3,0 milhões efetuados por três empresas a título de IRPJ - OB L REAL-DEMAIS EST MENSAL, do recolhimento de R\$ 48,2 milhões a título de IRPJ - DEMAIS OB L REAL - DEC AJUSTE, com destaque para o valor de R\$ 35,7 milhões recolhido por outra empresa e finalmente por DEPÓSITO JUDICIAL de R\$ 21,9 milhões feito por ainda outra empresa. No que se refere ao crescimento de 24,27% no mês de abril/06, resultou dos recolhimentos de R\$ 2,0 milhões, R\$ 2,3 milhões, R\$ 2,5 milhões e R\$ 3,6 milhões efetuados por quatro empresas a título de IRPJ - OB L REAL-DEMAIS EST MENSAL, observando que as bases de comparação dessas empresas no mês de abril de 2005 estavam baixas, e do recolhimento de R\$ 6,4 milhões efetuado por outra empresa a título de IRPJ - DEPOSITO JUDICIAL. Por último a taxa de crescimento de 34,97% registrada em setembro/06, influenciada pelos recolhimentos efetuados por três empresas (R\$ 3,0 milhões - $\Delta = 102,04\%$), (R\$ 2,5 milhões - sem arrecadação correspondente em 2005) e (R\$ 2,7 milhões - sem arrecadação correspondente em 2005), aqui vale mencionar o recolhimento de R\$ 500.000 feita por outra empresa a título de IRPJ – DEPÓSITO JUDICIAL acrescentando que essa empresa no período janeiro a outubro de 2006 já efetuou R\$ 10,1 milhões do depósito mencionado e da arrecadação do REFIS no montante de R\$ 2,2 milhões. No mês de novembro de 2006, este imposto apresentou variação nominal negativa em torno de (25,13%) na comparação com igual período de 2005 em função do processamento do passivo do PAES – exercícios 2003, 2004 e 2005 até o 1º decêndio de novembro. O montante reclassificado foi de aproximadamente R\$ 29,3 milhões. Vale ressaltar que ainda no mês de novembro de 2005 os crescimentos ocorridos nos seguintes CE: 7429 - IRPJ - DEPOSITO JUDICIAL 3.897,87% e 2807 - JUROS - IRPJ 397,14%. Esses crescimentos foram motivados pelo recolhimento

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

de R\$ 13,7 milhões efetuados por empresa e em dezembro de 2006 (3) três CE se destacaram pelos seus crescimentos. O aumento ocorrido no CE-2362 foi motivado pelo recolhimento de R\$ 10,8 milhões efetuado por outra empresa, ressaltando que a referida empresa apresentou compensações no montante R\$ 8,6 milhões referentes aos PA de janeiro a abril de 2006, destacando ainda no mesmo CE o recolhimento de R\$ 4,5 milhões efetuado por ainda outra empresa resultando num incremento de 71,47% quando comparado com dezembro de 2005.

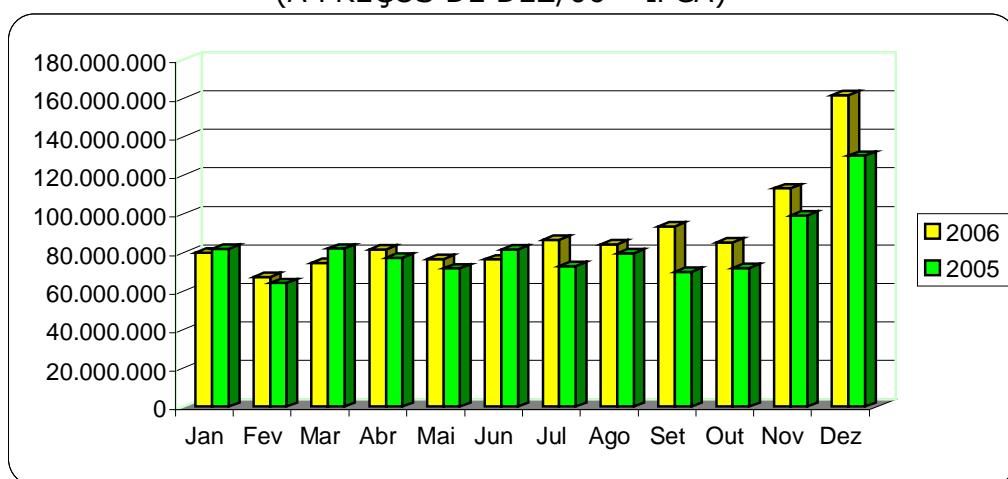
Este imposto participou no período em análise com 14,04% total da receita administrada pela 2ª RF e realizou a previsão em 103,66%. No que se refere aos setores econômicos o comportamento foi o seguinte:

- ✓ FABRICACAO DE MAT ELETRONICO E DE APARELHOS E EQUIP DE COMUNICACOES 22,67%,
- ✓ FABRICACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE 91,15% e
- ✓ COMERCIO VAREJISTA E REPARACAO DE OBJETOS PESSOAIS E DOMESTICOS 31,26%.

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO – IRRF

PERÍODO JAN/DEZ

(A PREÇOS DE DEZ/06 – IPCA)



Fonte: SIADI

IRR 11,79% As altas em destaque verificadas neste grupo de imposto no período janeiro a dezembro/06, aconteceram nos meses de julho 23,12%, setembro

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

38,65%, outubro 22,58% e dezembro/06 28,04%, motivadas pelos seguintes aspectos: no mês de julho/06, foram determinantes os incrementos ocorridos nas rubricas RENDIMENTOS DO TRABALHO 19,88%, RENDIMENTOS DO CAPITAL 61,15% e REMESSAS P/EXTERIOR 22,61%. O desempenho de RENDIMENTOS DO CAPITAL se originou dos recolhimentos de R\$ 1,4 milhão realizados por três empresas a título de IRRF - APLICACOES FINANCEIRAS RENDA FIXA PJ e o de REMESSAS P/EXTERIOR ao recolhimento de R\$ 4,9 milhões efetuado por outra empresa, a título de IRRF - ROYALTIES E ASSISTENCIA TECNICA, no mês de setembro/06 é justificado pelo crescimento das rubricas RENDIMENTOS DO TRABALHO 39,50%, OUTROS RENDIMENTOS 34,38% e ACRÉSCIMOS LEGAIS 620,00%. Justifica-se o crescimento na rubrica RENDIMENTO DO TRABALHO pelo recolhimento de R\$ 9,6 milhões efetuado por empresa a título de IRRF - REND DECORRENTE DECISAO JUST TRABALHO e com relação ao incremento de ACRÉSCIMOS LEGAIS foi motivado pelos recolhimentos de R\$ 2,3 milhões e R\$ 1,7 milhão efetuados por outra empresa a título de R D ATIVA - IRRF e JUROS IRRF - DIVIDA ATIVA, relativos ao pagamento a vista do PAEX, respectivamente, no mês de outubro/06 foi fortemente influenciado pela mudança no prazo de recolhimento que de semanal passou para mensal (Lei nº 11.196/05) e com relação especificamente ao crescimento de RENDIMENTOS DO CAPITAL, resultou do recolhimento no montante de R\$ 2,0 milhões efetuado por empresa a título de IRRF - JUROS SOBRE O CAPITAL PROPRIO e finalmente em dez/06 é justificado pelos incrementos observados nas seguintes rubricas: OUTROS RENDIMENTOS 53,40%, REMESSAS P/EXTERIOR 35,81% e RENDIMENTOS DO TRABALHO 27,05%. Com relação a taxa de crescimento ocorrida em RENDIMENTOS DO TRABALHO, dentre os fatores que determinaram esse desempenho, está a mudança no prazo de recolhimento que de semanal passou para mensal (Lei nº 11.196/05) e as regras de transição estabelecidas no parágrafo único da lei citada, que determina que em dezembro de 2006 devem ser recolhidos os valores no mês de novembro de 2006 e dos dois primeiros decêndios de dezembro de 2006, já no que tange a elevação de REMESSAS P/EXTERIOR, foi motivada pelo recolhimento de R\$ 15,9 milhões efetuado por empresa a título de IRRF - ROYALTIES E ASSISTENCIA e pelo

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

recolhimento de R\$ 1,9 milhão pela empresa IRRF - RENDIMENTOS TRABALHO - RESID EXTERIOR. No que tange ao comportamento de arrecadação dos setores econômicos, o comportamento foi o seguinte:

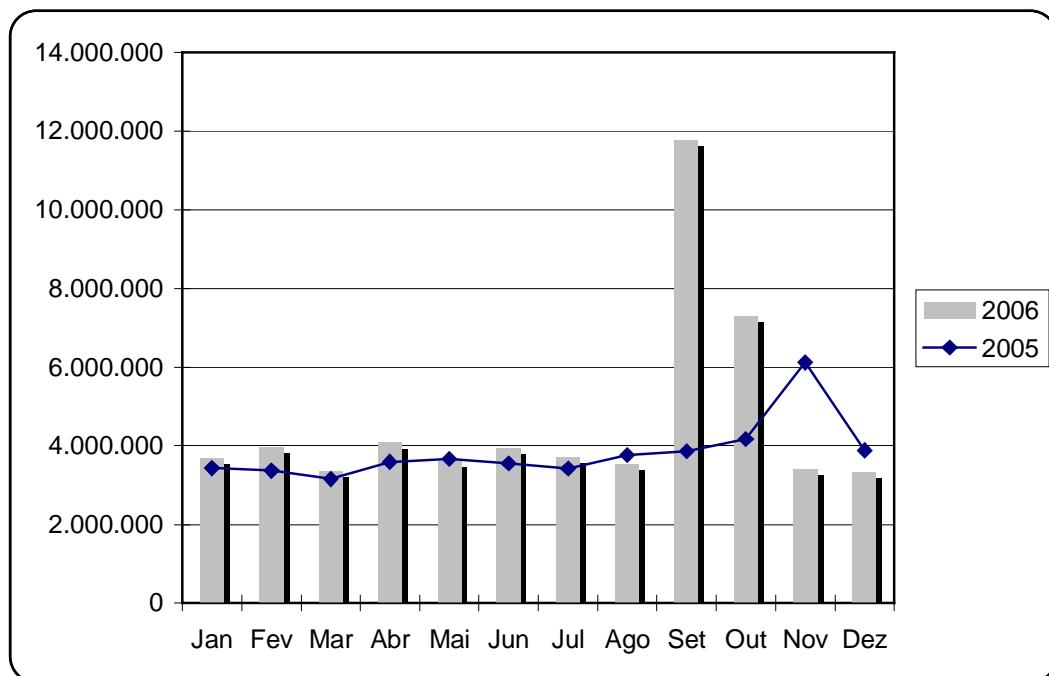
- ✓ ADMINISTRACAO PUBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL 12,96%,
- ✓ FABRICACAO DE MAT ELETRONICO E DE APARELHOS E EQUIP DE COMUNICACOES 5,97% e
- ✓ EDUCACAO 19,82%.

A participação percentual deste grupo de imposto no total da arrecadação da 2ª RF foi de 14,08% e o índice de realização da previsão ficou em 104,10%.

Evolução da Arrecadação – IOF

PERÍODO JAN/DEZ

(A PREÇOS DE DEZ/06 – IPCA)



Fonte: SIADI

IOF 25,86% A influencias mais positiva neste imposto no período em questão, ocorreram nos meses de setembro e outubro/06, a variação positiva

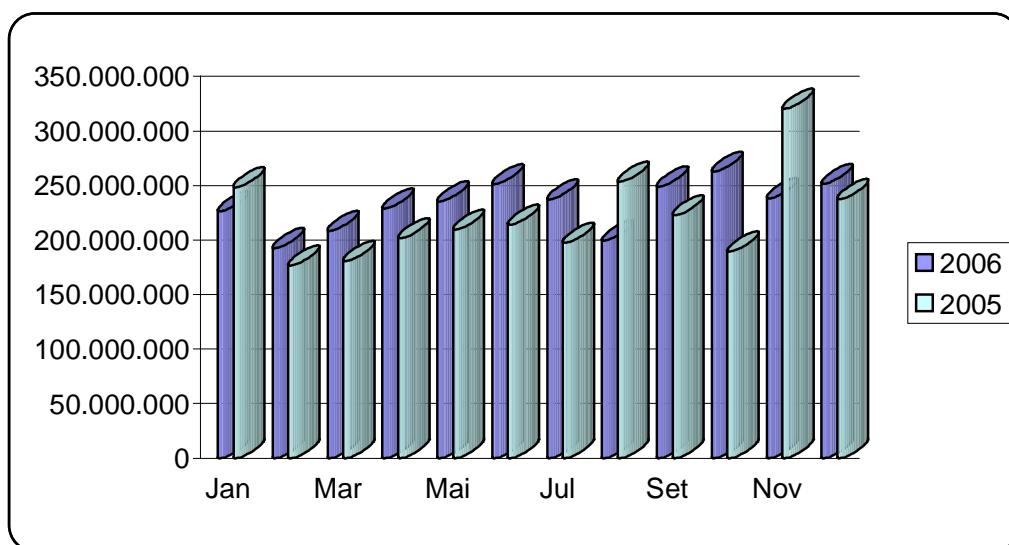
RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

verificada no mês de setembro originou-se do recolhimento de R\$ 5,5 milhões efetuado por empresa a título de IOF - OPERACOES DE CREDITO - PESSOA JURIDICA, referente ao pagamento a vista do PAEX, cujo crescimento foi de 627,63%, na comparação com o mês de setembro de 2005, consequentemente o setor econômico com forte influencia no crescimento deste imposto foi o de ELETRICIDADE, GAS E AGUA QUENTE 180,58% e a registrada em outubro foi motivada pelo recolhimento de R\$ 4,2 milhões efetuado por empresa, a título de IOF - OPERACOES DE CREDITO - PESSOA JURIDICA, referente ao pagamento de exercícios anteriores. O índice de realização da previsão foi de 117,47%.

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO – COFINS

PERÍODO JAN/DEZ

(A PREÇOS DE DEZ/06 – IPCA)



Fonte: SIADI

COFINS 14,29% Apenas em três meses os resultados foram negativos: janeiro, agosto e novembro/06 considerando a série de arrecadação no período jan/dez. A redução verificada no mês de janeiro/06 foi em decorrência da queda de 20,78%, ocorrida na rubrica 5856 - COFINS NAO-CUMULATIVA, responsável por

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

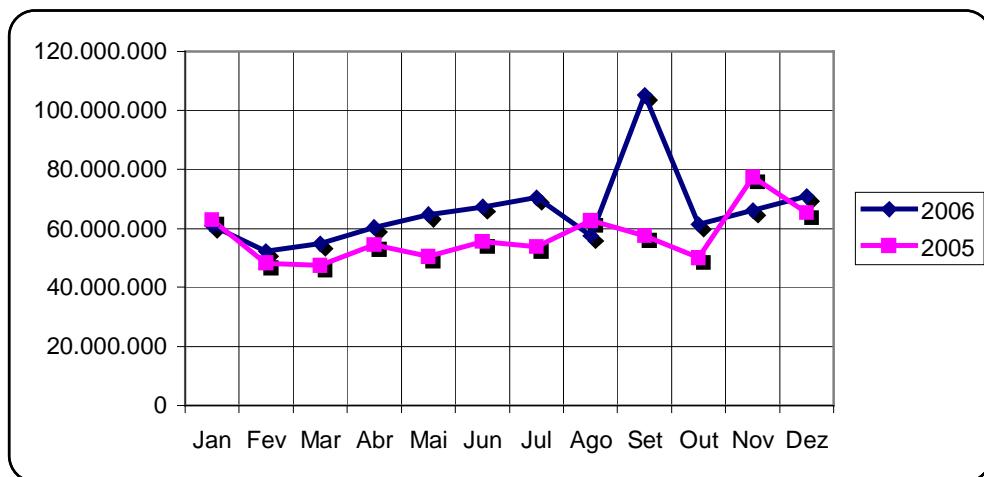
48,21% da arrecadação da contribuição em questão, no que se refere à retração em agosto/06 tem-se como justificativa as quedas apresentadas nos CE 5856 - COFINS NAO-CUMULATIVA (29,81%) e 5629 - COFINS - IMPORTACAO (46,96%). O motivo para a redução na COFINS NAO-CUMULATIVA, resultou do recolhimento de R\$ 18,1 milhões efetuado por empresa, referente a períodos anteriores, no mês de agosto de 2005, e de empresas que apresentaram baixo nível de recolhimento no mês de agosto de 2006. Vale destacar o crescimento de 24,91% desta contribuição social no mês de julho/06 determinado pelo incremento de 43,62% registrado pela COFINS NAO-CUMULATIVA, resultante principalmente do recolhimento de R\$ 23,9 milhões efetuados por empresa, referente aos PA 12/05 a 04/06 (diferenças) e pelo recolhimento de R\$ 9,7 milhões efetuado por outra empresa, sem base de comparação em julho de 2005 e no que tange a redução verificada em novembro/06 é justificada pela decomposição do PAES em novembro de 2005 no montante de aproximadamente R\$ 97,8 milhões. No que se refere aos setores econômicos o comportamento foi o seguinte: 32 - FABRICACAO DE MAT ELETRONICO E DE APARELHOS E EQUIP DE COMUNICACOES 20,23%, 35 - FABRICACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE 17,47% e 52 - COMERCIO VAREJISTA E REPARACAO DE OBJETOS PESSOAIS E DOMESTICOS 9,51%. O índice de realização da previsão foi de 105,42%, mencionando que esta contribuição social registrou a maior participação percentual no total da arrecadação da 2ª RF, com 36,18% no período.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO – PIS/PASEP

PERÍODO JAN/DEZ

(A PREÇOS DE DEZ/06 – IPCA)



Fonte: SIADI

PIS/PASEP 20,24% Como normalmente ocorre, a expansão do PIS se assemelha com a da COFINS, porém, vale destacar o crescimento de 89,56% verificado no mês de setembro/06 nesta contribuição social, tendo como consequência os seguintes fatores: empresa recolheu R\$ 36,3 milhões, sendo que: 26,8 milhões a título de JUROS PIS/PASEP, R\$ 8,8 milhões a título de PIS – DEPÓSITO JUDICIAL e R\$ 635 milhões a título de MULTA PIS/PASEP, outro fator positivo foi o parcelamento no montante de R\$ 39,0 milhões feito por outro contribuinte cuja parcela recolhida no mês de setembro de 2006 foi no montante de R\$ 701.145,17, considerando os valores do principal, multa e juros com relação a retração na arrecadação de novembro/06 resultou da decomposição do PAES, cujo montante, importou em R\$ 20,7 milhões, que sendo excluídos da arrecadação de novembro de 2005, a taxa apresentada por esta contribuição seria de 21,60%. Seguindo tendência de crescimento observada na COFINS (sem a decomposição do PAES), o PIS registrou incremento de 21,26% e o PASEP 40,16% na comparação com o mês de novembro de 2005. Ressaltando que parte do incremento do PIS sofreu influência do envio de remessa com duplicidade de Darfs relativa ao dia 14

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

de novembro de 2006, por Banco da rede arrecadadora (valor aproximado R\$ 2,7 milhões), com relação a expansão do PASEP tem como justificativa de órgãos públicos que estavam sem base ou base baixa de arrecadação em novembro de 2005 e do parcelamento no montante de R\$ 39,0 milhões feito por outro contribuinte. O índice de realização da previsão foi de 113,38%.

4.4.5 ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

Tempo médio de espera nos CAC

A região apresenta ótimos resultados em relação a esta meta, quebrando uma tendência de aumento no tempo de espera nos últimos anos. Parte desse bom resultado acontece acredita-se em razão da maior participação do atendimento a distância, em especial aquele via certificado digital.

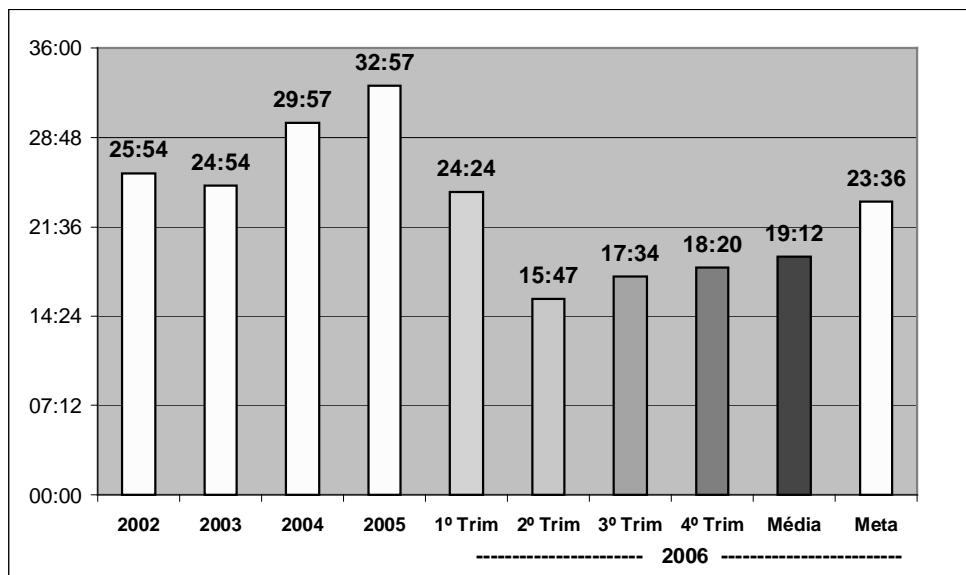
Tempo Médio de Espera por Atendimento no CAC

	BEL	MNS ¹	CEC ¹	RBO	MCA	PVO	BVT ²	SAN	MBA	JPR	RF02	
2002	25:22	48:30	21:20	30:08	08:03	15:00	25:33	09:23	53:27	21:56	25:54	
2003	27:42	51:10	18:25	29:40	04:54	09:47	20:47	10:15	32:02	34:09	24:54	
2004	37:57	51:56	24:43	29:50	07:51	16:08	22:36	08:49	22:32	39:18	29:57	
2005	52:06	43:09		30:12	14:20	18:37	22:50	07:33	17:54	37:24	32:57	
2006	1º Trim	49:49	37:00		21:08	09:18	25:02	22:10	07:13	20:34	27:20	24:24
	2º Trim	29:47	23:41	23:51	17:17	04:59	14:25	15:58	04:28	12:58	10:21	15:47
	3º Trim	39:08	21:06	39:07	10:21	05:31	08:49	18:19	06:11	14:26	12:43	17:34
	4º Trim	37:16	24:46	22:57	10:01	09:21	06:47	19:03	08:18	26:55	18:00	18:20
	Média	39:35	27:16	28:38	16:15	06:36	16:05	18:49	05:57	15:59	16:48	19:12
Meta		35:00	45:00	25:00	20:00	10:00	13:00	22:00	09:00	17:00	40:00	23:36

¹ O Cac Cecomiz até o dia 08/05/06 funcionou junto ao CAC Manaus-Centro.

² A média do 4º trimestre do CAC Boa Vista refere-se somente aos meses de outubro e novembro/2006

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006



4.4.6 COMÉRCIO EXTERIOR

- INDICADOR DE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (CONSOLIDADO 2ª RF)
 - Tempo médio de despacho aduaneiro na importação – líquido e bruto
 - META: 2 DIAS

Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre o registro da DI até o seu desembarço, no período.

Responsável pelo cálculo / Fonte: Gerencial de Desempenho Aduaneiro

2ª Região Fiscal				
Tempo médio de despacho aduaneiro na importação (em dias)				
Ano	Líquido	Variação	Bruto	Variação
2002	2,19		6,64	
2003	1,99	-9,13%	5,14	-22,59%
2004	1,36	-31,66%	4,05	-21,21%
2005	0,43	-68,38%	2,45	-39,51%
2006	0,42	-2,33%	2,13	-13,06%
Brasil				
2005	0,64	-22,89%	2,95	-10,61%
2006	0,65	1,56%	3,45	16,95%

Em 2006, o tempo líquido médio do despacho aduaneiro de importação na 2ª Região Fiscal foi de 0,42 dias (aproximadamente 10h e 04 min.), 35,4% abaixo

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

da média nacional no mesmo período e cerca de 2,33% menor em relação ao ano de 2005. Atingindo, portanto a meta de 2 dias.

- Tempo médio de despacho aduaneiro na exportação – líquido e bruto
- META: 1 DIA

Fórmula de cálculo: Tempo médio decorrido entre o registro da DE até o seu desembarque, no período.

Responsável pelo cálculo / Fonte: Gerencial de Desempenho Aduaneiro

2ª Região Fiscal				
Tempo médio de despacho aduaneiro na exportação (em dias)				
Ano	Líquido	Variação	Bruto	Variação
2002	0,99		1	
2003	1,6	61,62%	1,67	67,00%
2004	1,56	-2,50%	1,66	-0,60%
2005	1,57	0,64%	1,67	0,60%
2006	1,02	-35,06%	1,22	-26,95%
Brasil				
2005	0,58	-29,27%	0,63	-25,88%
2006	0,46	-20,69%	0,52	-17,46%

No despacho aduaneiro de exportação, por sua vez, o tempo líquido médio em 2006 na 2ª Região Fiscal foi de 1,02 dias (aproximadamente 24h e 28 min.), 121,7% acima da média nacional no período, porém 35,06% inferior ao tempo médio verificado no ano de 2005. A redução do tempo líquido médio do despacho aduaneiro de exportação na 2ª Região Fiscal foi superior ao índice verificado em âmbito nacional, onde houve uma queda de 20,7% em relação a 2005. Atingida, portanto, a meta de 1 dia.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
 PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

- INDICADOR DE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (DETALHADO POR UNIDADE)

TEMPO MÉDIO DO DESPACHO DE IMPORTAÇÃO – 2006

Fonte: Gerencial do Desempenho Aduaneiro

UNIDADE	TOTAL DI	RELAÇÃO LÍQUIDO/ DI	RELAÇÃO BRUTO/ DI
DRF SANTARÉM	121	0,46	63,4
DRF MARABÁ	104	7,13	20,35
DRF M. DOURADO	33	1,21	12,08
ALF P. BELÉM	406	3,34	32,09
IRF BARCARENA	317	0,1	19,16
ALF AEROP BELÉM	525	0,85	14,23
ALF P. MANAUS	88.250	0,41	1,92
ALF AEROP MANAUS	50.636	0,4	1,82
DRF MACAPÁ	307	0,9	6,24
DRF P. VELHO	27	1,23	6,53
IRF G. MIRIM	34	0,17	3,44
DRF B. VISTA	11	0	1,74
IRF PACARAIMA	61	0,36	4,26
TOTAL	140.832	0,42	2,13

TEMPO MÉDIO DO DESPACHO DE EXPORTAÇÃO – 2006

Fonte: Gerencial do Desempenho Aduaneiro

UNIDADE	TOTAL DDE	RELAÇÃO LÍQUIDO/ DDE	RELAÇÃO BRUTO/ DDE
DRF SANTARÉM	2.088	0,16	0,16
DRF M. DOURADO	368	1,38	1,83
ALF P. BELÉM	14.141	0,95	1,23
IRF BARCARENA	6.745	1,9	2,39
ALF AEROP BELÉM	971	0,58	0,58
IRF TABATINGA	2	0,01	0,01
ALF P. BELÉM	5.453	0,42	0,43
ALF AEROP MANAUS	6.418	1,15	1,22
IRF BRASILÉIA	1.326	1,42	1,43
DRF MACAPÁ	16	1,02	1,02
IRF SANTANA	34	2,47	2,47
DRF P. VELHO	82	0,15	0,15
IRF G. MIRIM	1.590	0,08	0,08
DRF B. VISTA	6	0,53	0,53
IRF PACARAIMA	806	1,61	1,61
TOTAL	40.046	1,02	1,22

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

5 MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR AS DISFUNÇÕES DETECTADAS

Sem informações a relatar.

7 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS):

UG	TIPO*	CÓDIGO SIAFI/ SIASG	IDENTIFICAÇÃO DO TERMO INICIAL OU ADITIVOS (Nº DO PROCESSO E DO TERMO, DATA ASSINATURA, VIGÊNCIA ETC)	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL NO EXERCÍCIO TRANSFERIDO	CONTRA-PARTIDA	BENEFICIÁRIO(RAZÃO SOCIAL E CNPJ)	SITUAÇÃO DA AVENÇA (ALCANCE DE OBJETIVOS E METAS, PRESTAÇÃO DE CONTAS, SINDICÂNCIA, TCE S/N?)
170022	Convênio	451108	10209.000209/2002-61 - 01/2002 - 30/04/2002 - 01/05/2002 a 30/04/2007	Formalização de Convênio entre o CIEE e a Alfândega do Porto de Belém, para admissão de até 11(onze) estagiários de nível superior.	24/05/02	177.452,41	36.953,05	0,00	61.600.839/0019-84 - Centro de Integração Empresa Escola CIEE	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170024	Convênio	461440	10235.000872/2002-48 - 01/2002 - 09/07/2002 - 09/07/2002 a 09/07/2007	Realização de Estágio e concessão de bolsa de estágio à estudantes de nível universitário.	12/07/02	117.100,26	19.249,00	0,00	61.600.839/001-55 - Centro de Integração Empresa Escola CIEE	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170201	Convênio	557831	10240.000460/2006-62 - 17020157200600001 - 24/04/2006 - 24/04/2006 a 31/12/2006	Celebração de Convênio com o Instituto Euvaldo Lodi - IEL, para realização de estágio de estudantes de nível superior.	26/04/06	27.456,00	28.173,63	0,00	34.475.988/001-67 - Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170205	Convênio	412347	11522.001000/00-73 - 01/2001 - 21/01/2001 - 21/01/2001 a 20/01/2006	Realização de Estágio e a concessão de bolsa de estágio à estudantes de nível superior.	22/01/01	109.391,13	8.719,00	12.474,00	61.600.839/001-55 - Centro de Integração Empresa Escola CIEE	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170205	Convênio	555793	11522.001117/2005-51 - 170205200600001 - 09/03/2007 - 09/03/2006 a 20/01/2007	Realização de estágio de estudantes de nível superior e a concessão de bolsa de estágio, no limite de 20 servidores de nível superior, lotados na DRF-Rio Branco.	13/03/06	24.948,00	15.663,00	0,00	61.600.839/0069-43 - Centro de Integração Empresa Escola CIEE	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170209	Convênio	554590	10283.005529/2005-67 - 170209200600001 - 02/03/2006 - 02/03/2006 a	Concessão de bolsa estágio para alunos do ensino superior.	06/03/06	72.072,00	61.160,67	0,00	04.409.637/0001-97 - Instituto Euvaldo Lodi	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
 PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

			31/12/2006							recursos.
170210	Convênio	478915	10283.009633/2002-88 - 01/2003 - 31/01/2003 - 31/01/2006 a 31/12/2007	Realização do estágio de estudantes e a concessão de bolsa de estágio.	11/02/03	254.609,26	48.704,67	139.366,00	04.409.637/0001-97 - Instituto Euvaldo Lodi	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170213	Convênio	522584	10245.000380/2005-86 - 01/2005 - 01/04/2005 - 01/04/2005 a 31/03/2007	Realização de estágio para 04(quatro) estudantes de nível superior indicado pela instituição de ensino, por intermédio do CIEE, e a bolsa de estudo.	14/04/05	23.477,19	12.546,82	0,00	61.600.839/0070-87 - Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170217	Convênio	553632	10280.005712/2005-92 - 170217200500001 - 17/01/2006 - 17/01/2006 a 31/12/2007	Manter programa de cooperação recíproca entre as partes, possibilitando a complementação educacional a estudantes por meio da prática de "Estágio Supervisionado" realizado nas dependências da unidade concedente.	23/01/06	83.520,00	21.373,00	0,00	04.979.092/0001-54 - Nucleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170218	Convênio	450587	10280.005528/1998-06 - 01/2002 - 01/05/2002 - 01/05/2002 a 31/12/2006	Seleção de 24 estagiários para a Delegacia da Receita Federal em Belém e unidades jurisdicionadas.	14/05/02	379.186,68	69.164,33	0,00	61.600.839/0019-84 - Centro de Integração Empresa Escola CIEE	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170219	Convênio	556112	10215.000630/2005-35 - 170219200600001 - 23/03/2006 - 24/03/2006 a 23/03/2008	Contratação do CIEE, para operacionalização do Programa de Estágio de estudantes de nível superior, para a DRF/Santarém, na forma da legislação aplicável.	27/03/07	223.766,00	28.224,00	0,00	61.600.839/0001-55 - Centro de Integração Empresa Escola CIEE	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170332	Convênio	413902	13227.000081/2001-24 - 01/2001 - 19/03/2001 - 19/03/2001 a 18/03/2006	Contratação de estagiários de nível superior.	21/03/01	61.481,54	2.237,10	2.328,00	34.475.988/0001-67 - Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170332	Convênio	558073	13227.000040/2006-42 - 17033257200600001 - 24/04/2006 - 24/04/2006 a 31/12/2006	Realização de Estágio e concessão de bolsa de estágio à estudantes de nível superior para a DRF/Ji-Paraná e ARF/Cacoal.	10/05/06	10.476,00	6.455,53	0,00	34.475.988/0001-67 - Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
 PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

170333	Convênio	548769	15224.002669/2005-00 - 170333200500001 - 12/01/2006 - 12/01/2006 a 31/12/2006	Efetivação , no interior das dependências da Alfândega, da realização de estágio por parte de estudantes de nível superior.	17/01/06	46.704,00	42.534,65	0,00	04.409.637/0001-97 - Instituto Euvaldo Lodi	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.
170334	Convênio	466062	10218.000237/2002-79 - 01/2002 - 17/10/2002 - 01/01/2002 a 31/12/2006	Concessão de bolsa estágio para três estagiários.	18/10/02	51.423,50	11.232,00	0,00	61.600.839/0019-84 - Centro de Integração Empresa Escola CIEE	Objetivos e metas alcançados - correta aplicação dos recursos.

Fonte: SIAFI2006 - CONCONV

UG	Tipo*	CÓDIGO Siafi/ Siasg	A LIBERAR	A COMPROVAR	A APROVAR
170022	Convênio	451108	0,00	0,00	0,00
170024	Convênio	461440	13.496,00	0,00	0,00
170201	Convênio	557831	1.344,20	0,00	0,00
170205	Convênio	412347	25.217,00	0,00	0,00
170205	Convênio	555793		0,00	0,00
170209	Convênio	554590	71.144,67	0,00	0,00
170210	Convênio	478915	56.712,00	0,00	0,00
170213	Convênio	522584	283,40	1.133,60	0,00
170217	Convênio	553632	20.387,00	0,00	0,00
170218	Convênio	450587	0,00	0,00	5.000,00
170219	Convênio	556112	112.704,00	0,00	0,00
170332	Convênio	413902	3.146,40	0,00	0,00
170332	Convênio	558073	0,00	0,00	0,00
170333	Convênio	548769	0,00	0,00	0,00
170334	Convênio	466062	0,00	0,00	0,00
Total			304.434,67	1.133,60	5.000,00

Fonte: Siafi2006

Contas: 1.9.9.6.2.03.00 A LIBERAR
 1.9.9.6.2.04.00 A COMPROVAR
 1.9.9.6.2.05.00 A APROVAR

Além dos convênios acima relacionados, foram celebrados na região dois Acordos de Cooperação Técnica e Financeira com o Departamento de Engenharia e Construção, do Ministério da Defesa – Comando do Exército, sem contra-partida, atualmente em desenvolvimento (valores inscritos em restos a pagar não processados), tendo por objeto o seguinte:

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

- a) Elaboração dos projetos de engenharia para a construção das unidades da Secretaria da Receita Federal na Zona Franca de Manaus, no valor de R\$ 1.070.971,61;
- b) Construção das instalações da Inspetoria da Receita Federal em Pacaraima – RR, compreendendo a pavimentação do pátio e acesso, construção da administração, depósito, vistoria, banheiro coletivo, guarita, diques para carro de passeio e caminhões, centro de conveniência, construção da rede elétrica, rede de distribuição de água e alojamento, no valor de R\$ 7.052.225,28.

7 CONTROLE DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS

Sem informações a relatar.

8 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Sem informações a relatar.

9 PROJETOS E DE INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

Sem informações a relatar.

10 AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Sem informações a relatar.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

12 FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORTE E DO NORDESTE – FNO e FNE

(ITEM 12 DO ANEXO X, REFERENTE AO RELATÓRIO DE GESTÃO, DA DN/TCU/81/2006)

Sem informações a relatar.

12 INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFEREM AS CONTAS, NOS TERMOS DO ART. 8º DA IN/TCU Nº 44/2002.

(ITEM 12 DO ANEXO II DA DN/TCU/81/2006)

Informamos que de acordo com as orientações recebidas da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP/SRF, as admissões referentes aos candidatos dos concursos públicos para carreira AFRF/TRF da 2ª RF foram cadastradas dentro do prazo de 60 dias no SISAC/TCU e formalizados processos das referidas admissões, os quais encontram-se guardados nas áreas de Gestão de Pessoas das unidades pagadoras dos Estados do Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Acre e Amazonas, aguardando auditoria do controle interno e externo.

13 INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFEREM AS CONTAS, NOS TERMOS DO ART. 8º DA IN/TCU Nº 44/2002.

(ITEM 13 DO ANEXO II DA DN/TCU/81/2006)

Essas informações deixam de ser respondidas tendo em vista o disposto na Portaria SRF nº 1671, de 16 de junho de 2005, publicada no DOU de

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

20 de junho de 2005, que delega competência ao Coordenador-Geral Recursos Humanos do Ministério da Fazenda e aos Gerentes Regionais de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados para praticarem, no seu âmbito de jurisdição, atos de concessão de aposentadoria a qualquer título, reversão de servidor aposentado por invalidez e de pensão por morte, de servidores lotados na Secretaria da Receita Federal.

14 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO TCU EXPEDIDAS NO EXERCÍCIO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO CUMPRIMENTO;

(ITEM 14 DO ANEXO II DA DN/TCU/81/2006)

Sem informações a relatar.

15 DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS, CUJO VALOR SEJA INFERIOR ÀQUELE ESTABELECIDO PELO TRIBUNAL EM NORMATIVO ESPECÍFICO, EMITIDO PELO SETOR COMPETENTE, CONFORME INCISO I DO ART. 7º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 13, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1996 (DEVE SER APRESENTADO E CAPEADO EM VOLUME DESTACÁVEL DAS CONTAS COM NUMERAÇÃO PRÓPRIA DE SUAS FOLHAS

(ITEM 15 DO ANEXO II DA DN/TCU/81/2006)

Sem informações a relatar.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

16 DEMONSTRATIVO RELACIONANDO AS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS EM QUE, ANTES DE SEREM ENCAMINHADAS AO TRIBUNAL, TENHA OCORRIDO A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS FINANCEIROS REPASSADOS, MESMO QUE APRESENTADA INTEMPESTIVAMENTE, OU TENHA OCORRIDO O RECOLHIMENTO DO DÉBITO IMPUTADO, DESDE QUE COMPROVADA A AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ DO RESPONSÁVEL, CONFORME INCISO II DO ART. 7º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 13, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1996

(ITEM 16 DO ANEXO II DA DN/TCU/81/2006)

Sem informações a relatar.

17 DEMONSTRATIVO CONTENDO INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OCORRÊNCIAS DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES EM QUE O DANO FOI IMEDIATAMENTE RESSARCIDO, SEM QUE TENHA SIDO CARACTERIZADA A MÁ-FÉ DE QUEM LHE DEU CAUSA, TENDO, ASSIM, FICADO A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE DISPENSADA DA INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL., CONFORME § 3º DO ART. 197 DO RI/TCU

(ITEM 17 DO ANEXO II DA DN/TCU/81/2006)

Sem informações a relatar.

18 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

(ITEM 18 DO ANEXO II DA DN/TCU/81/2006)

Sem informações a relatar.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

b) APURAÇÃO DE DENÚCIAS RECEBIDAS

Os dados referentes à atividade correcional constarão do Relatório de Gestão dos Órgãos Centrais – UG 170010.

c) RECURSOS HUMANOS

iv. QUANTITATIVO DE SERVIDORES POR UNIDADE

UNIDADES DE EXERCÍCIO		AFRF	TRF	PGPE	PSE	TOTAL
SRRF	GABINETE	4	3	2	2	11
	DIANA	4	2		2	8
	DIREP	3	2			5
	DIFIS	7	1		2	10
	DIPOL	1	9	3	6	19
	DISIT	3	1		1	5
	DITEC	4	8		3	15
	DIVAT	4	6	2	2	14
	DIGEP		4	4	1	9
	SEMAC	3				3
	SAVAC		1			
TOTAL		33	37	11	19	100
DRF - BELÉM	Sede	76	56	17	37	186
	ARF - CAPANEMA		2	1		3
	ARF - ABAETETUBA		3	3		6
	ARF - TOME-ACU		2	1		3
	ARF - BREVES		1			1
	ARF - BRAGANÇA					0
	ARF - CASTANHAL		3	3		6
	ARF - SAO MIGUEL DO GUAMA		2	1		3
	ARF - CAMETA		2		1	3
	ARF - PARAGOMINAS		3	1		4
	ARF - ANANINDEUA		10	3	1	14
TOTAL		76	84	30	39	229
DRF - SANTARÉM	Sede	13	23	12	4	52
	ARF - ITAITUBA		2			2
	ARF - ORIXIMINA	1	1			2
	ARF - MONTE ALEGRE			1		1
	ARF - ALTAMIRA		2	1		3
	ARF - NOVO PROGRESSO		1			1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
 PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

	IRF - OBIDOS		1	1		2
	TOTAL	14	30	15	4	63
DRF - MARABÁ	Sede	14	13	2	2	31
	ARF - CONCEICAO DO ARAGUAIA		2	1	1	4
	ARF - TUCURUI		2			2
	TOTAL	14	17	3	3	37
DRF - M. DOURADO	Sede	2	2	2		6
	TOTAL	2	2	2		6
ALF - PORTO BELÉM	Sede	32	27	5	4	68
	IRF - BARCARENA	3	8			11
	TOTAL	35	35	5	4	79
ALF - AEROP. INT. DE BELEM		13	21	1	3	38
	TOTAL	13	21	1	3	38
DRF - MANAUS	Sede	67	46	22	20	155
	ARF - ITACOATIARA	2	1	1		4
	ARF - MANACAPURU		2	1	1	4
	ARF - TEFÉ		1	1		2
	ARF - HUMAITÁ			1	1	2
	ARF - MAUES		2			2
	ARF - PARINTINS		2			2
	ARF - SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	1				1
	IRF - TABATINGA	3	2	2		7
	TOTAL	73	56	28	22	179
ALF - PORTO DE MANAUS		72	51	6	16	145
	TOTAL	72	51	6	16	145
ALF - AEROP. INT. EDUARDO GOMES		40	30	5	9	84
	TOTAL	40	30	5	9	84
DRF - RIO BRANCO	Sede	20	26	21	1	68
	ARF - SENA MADUREIRA		1			1
	IRF - BRASILEIA	6	8	1	1	16
	IRF - CRUZEIRO DO SUL	1	1	2	3	7
	IRF - PLACIDO DE CASTRO		2			2
	TOTAL	27	38	24	5	94
DRF - MACAPA	Sede	15	22	54	8	99
	IRF - OIAPOQUE		2			2
	IRF - SANTANA	1	2	9		12
	ARF - LARANJAL DO JARI			1		1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
 PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

TOTAL		16	26	64	8	114
DRF - PORTO VELHO	Sede	24	34	51	1	110
	ARF - ARIQUEMES		3	2		5
	IRF - GUAJARA-MIRIM	4	7	16		27
TOTAL		28	44	69	1	142
DRF - JI-PARANA	Sede	14	12	19		45
	ARF - CACOAL		4	5		9
	IRF - VILHENA	1	6	22		29
TOTAL		15	22	46		83
DRF - BOA VISTA	Sede	14	13	50	4	81
	ARF - CARACARAI			2		2
	IRF - PACARAIMA	3	4	5		12
	IRF - BONFIM			1	1	2
TOTAL		17	18	58	4	97
TOTAL GERAL		475	511	367	137	1490

v. QUANTIDADE DE CARGOS COMISSIONADOS POR UNIDADE

QUANTITATIVO DE CARGOS E FUNÇÕES DA SRF NA 2ªRF POSIÇÃO EM 15/03/2005

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	UNIDADES DA SRF	CARGOS								TOTAL GERAL	
		DAS				FG					
		101.4	101.3	101.2	101.1	1	2	3	REG. INT.		
PARÁ	SRRF	1	1	8	1	3	1	5		20	
	ALF/AIB				1	1	3	1		6	
	DRF/BEL		1		6	12	10			29	
	DRF/MBA				1		8			9	
	DRF/MDO				1		5			6	
	SRF/SAN			1		7	8			16	
	ALF/BEL			1		7	4			12	
	TOTAL	1	2	10	10	30	39	6		98	
AMAZONAS	ALF/AEG			1		7	3			11	
	ALF/MNS		1		6	15				22	
	DRF/MNS		1		7	13	9			30	
	TOTAL	0	2	1	13	35	12			63	
RONDÔNIA	DRF/PVO			1		9	5			15	
	DRF/JPR				1		8			9	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
 PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

	TOTAL	0	0	1	1	9	13		24
ACRE	DRF/RBO			1		8	5		14
	TOTAL	0	0	1	0	8	5		14
RORAIMA	DRF/BVT			1		8	4		13
	TOTAL	0	0	1	0	8	4		13
AMAPÁ	DRF/MCA			1		8	4		13
	TOTAL	0	0	1	0	8	4		13
TOTAL GERAL		1	4	15	24	98	77	6	225

vi. QUANTITATIVO DE PESSOAL CEDIDO E REQUISITADO

DRF/MACAPÁ:

CARGO	NOME	COM ÔNUS	SEM ÔNUS
AFRF	NIVALDO COSTA DA CONCEIÇÃO	01	-----

CUSTO MENSAL ATUAL - DRF/MACAPÁ	POSIÇÃO - JANEIRO/2007
<u>CEDIDOS/REQUISITADOS COM ÔNUS</u>	
REMUNERAÇÃO (*)	9.815,64
ENCARGOS SOCIAIS	2.513,45
BENEFÍCIOS	133,19
TOTAL	

DRF/BOA VISTA

CARGO	NOME	COM ÔNUS	SEM ÔNUS
AFRF	VIVALDO BARBOSA DE ARAÚJO FILHO	-----	01

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL NA 2ª RF
PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2006 (IN TCU Nº 47/2006 e DN TCU Nº 84/2006)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

CONCLUSÃO

De todo o relato acima, podemos concluir que as atividades desenvolvidas pela Superintendência no cumprimento de seu plano de ação buscaram atingir, de forma eficiente e racional, todas as metas estabelecidas para o ano de 2006, visando a oferecer condições para as delegacias e alfândegas cumprirem sua função de órgãos executores das ações de fiscalização, cobrança e assistência ao contribuinte.

Belém, 13 de março de 2007

Maria Fernanda Gusmão de Moraes
Superintendente Substituto/SRRF/2ªRF